

A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS NO ALGARVE

Factos e consequências

O crescimento do emprego no país nos últimos quatro anos foi muito insuficiente (0,8%) e apenas à custa do aumento da precariedade (em mais 20%).

No Algarve o emprego aumentou 4,6%, mas em grande parte devido ao crescimento da precariedade (60% do emprego assalariado criado foi a prazo). É a região do país com maior incidência da precariedade (31%), tendo aumentado 28% desde o final de 2004.

O emprego na indústria transformadora da região diminuiu 21,5%, o mesmo acontecendo com a agricultura e pesca (menos 9%). O emprego de mais alta qualificação teve uma quebra de 5%, enquanto que as profissões menos qualificadas aumentaram 10,5% e, entre estas, os trabalhadores não qualificados cresceram 19%.

A taxa de desemprego no Algarve é de 6,7%, sendo de 9,5% entre as mulheres. O desemprego cresceu 23,5% desde o 4º trimestre de 2004, o aumento mais elevado do país.

Os desempregados inscritos nos centros de emprego da região eram mais de 20 mil no final de Fevereiro. O fim de trabalho não permanente é a primeira causa do desemprego no Algarve (53%), seguindo-se os despedimentos (13%), que cresceram 164% no último ano.

74% dos desempregados tinham prestações de desemprego no final de Fevereiro de 2009 quando um ano antes eram 82%. Os valores médios do subsídio de desemprego por beneficiário não chegam aos 506 euros. O subsídio social de desemprego era de 337 euros.

O salário médio mensal líquido do Algarve é de 729 euros. Mais de 1/3 dos trabalhadores da região auferem salários baixos dos 600 euros, percentagem que se eleva a 50% na agricultura, silvicultura e pesca. No Algarve 8% dos trabalhadores por conta de outrem recebe o salário mínimo nacional, chegando aos 10% entre as mulheres trabalhadoras.

O peso do Algarve no PIB nacional tem-se mantido constante, em torno dos 4%. Assiste-se a um peso crescente do sector terciário (83% do total). Estes valores, mais que traduzirem um crescimento do sector terciário em termos absolutos, reflectem a quebra na produção dos sectores primário e secundário entre 2004 e 2007.

A Região do Algarve apresenta um valor do PIB per capita acima da média nacional (15.377 euros/ano), sendo a média da região de 16.138 euros/ano.

O valor médio produzido por trabalhador na Região do Algarve é 2.338 euros/mês, o que, comparado com o salário médio da região – 729 euros, dá uma aproximação do grau de exploração que os trabalhadores estão sujeitos. Estes dados traduzem a aposta num modelo de desenvolvimento baseado nos baixos salários, na fraca qualificação e na reduzida incorporação valor acrescentado no processo produtivo.

Tem havido uma progressiva desresponsabilização do Estado no que respeita ao investimento público. Os montantes previstos para 2009 no país estão 31% abaixo dos previstos para 2005 em termos nominais. A quebra do distrito de Faro é ainda mais acentuada do que no conjunto do país (62%).

No Algarve a percentagem de pobres é de 19%. A despesa em protecção social do país (26% em 2006) é mais baixa que a média da UE27.

Os lucros dos grandes grupos económicos e financeiros são o espelho de quem tem vindo a beneficiar da política de direita. Só no ano de 2008, o lucro de 18 grupos económicos, equivale a 460 euros por português, numa intolerável apropriação de riqueza e ineficaz distribuição do rendimento.

68% da população empregada na região tem no máximo o 9º Ano de escolaridade. Somente 3,6% dos adultos dos 25 aos 64 anos residentes na região participou na aprendizagem ao longo da vida, sendo o abandono escolar precoce de 40%.

As Novas Oportunidades abrangeram apenas 27% dos adultos em cursos de educação e formação face ao previsto até final de 2007 a nível nacional. Por outro lado, o grau de desperdício do investimento em educação é elevado e está a aumentar. A taxa de desemprego dos licenciados do país (6,7% no 4º trimestre de 2008), não é a mais elevada de todos os níveis de ensino, mas ultrapassa a dos que não completaram qualquer grau de ensino (5,7%) e aumentou desde final de 2004 (era 5,8%).

As pensões de reforma da Segurança Social são muito baixas (menos de 387 euros/mês, em média, no país). O distrito de Faro situa-se abaixo da média nacional (343 euros).

Estes são dados objectivos que demonstram que a situação social no nosso país e no Algarve está em retrocesso em muitos domínios. Pela injustiça que a consubstancia e as desigualdades que promove, esta é uma política que não serve os interesses dos trabalhadores e do país. Hoje, mais do que nunca, é necessário promover uma ruptura com a política de direita.

Portugal precisa de uma outra política que respeite e valorize os direitos dos trabalhadores; promova uma mais justa repartição da riqueza e assuma a coesão social como prioridade; assegure um desenvolvimento mais equilibrado do país, combatendo as assimetrias regionais e a progressiva desertificação de vastas áreas do interior.

Mudar de rumo é urgente, necessário e possível.

7 de Abril de 2009